

IBIÁ - TERÇA-FEIRA - 16 de fevereiro de 2016

# Braatz diz que sua expulsão é nula

Apesar da contestação, vereador pretende deixar o partido durante a “janela”

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

O vereador Roberto Braatz disse ontem que sua expulsão pelo Partido Democrático Trabalhista é absolutamente ilegal, pois sequer foi notificado de que estava sendo alvo de um processo interno. Apesar da contestação, ele confirma que desde o ano passado pensa em abandonar a legenda, o que pode se confirmar nos próximos dias. “Antes, havia um ambiente ruim, mas agora a situação se tornou insustentável”, explica.

Braatz afirma, categoricamente, que não é verdadeira a informação de que se negou a aceitar o documento em que seria informado sobre a abertura do processo, como disse o presidente da comissão de ética, Germano Kniest. “Nunca me neguei a receber correspondência que me seria entregue em mãos, pela razão singela de que isto não aconteceu. Como o senhor Germano falava em nome do PDT, afirmo que os dirigentes partidários foram irresponsáveis, porquanto mentiram”, acusa o vereador.



VEREADOR foi expulso porque apoiou o Impeachment de Paulo Azeredo

Braatz observa que, se quisesse mesmo notificá-lo pessoalmente, a direção do PDT tinha pelo menos três alternativas: no seu ambiente de trabalho (Banco do Brasil), em sua casa, ou na Câmara de Vereadores. “O meu local de trabalho fica mais ou menos a 70 metros da sede do PDT, na sala 10 do Edifício Riograndense. Poderiam aguardar o fim do expediente, mas não o fizeram. Os dirigentes sabem disso, tanto que, em mais de uma oportunidade, me entregaram correspondências e notificações”, aponta.

Caso não quisessem ir até a sua casa, lembra Braatz, a direção do PDT ainda tinha a opção de abordá-lo na Câmara. “Todas as quintas-feiras têm sessão, com horário certo para começar. Em todas as sessões há cobertura da imprensa. Bastava solicitar a presença da imprensa para registrar o momento, mas não o fizeram”, ressalta. “Estranho que, para comunicar a decisão de me expulsar, souberam informar a imprensa, mas, para me notificar, não a solicitaram para registrar o momento.”

Braatz ainda desmente

## IMPORTANTE:

Janela partidária é o período de um mês, a partir de 18 de fevereiro, em que os políticos podem trocar livremente de partidos, sem risco de cassação. Fora desse período, os mandatos pertencem às legendas e a infidelidade pode ser punida com a perda do mandato

a informação de que teria sido notificado do processo e chamado a apresentar defesa por meio de carta registrada (AR). “Que apresentem prova de que recebi a notificação e, portanto, a possibilidade de me defender”, conclui, reiterando que não lhe foi dado o direito constitucional de defesa, o que torna a expulsão um ato nulo.

Braatz está filiado ao PDT desde o ano 2000. Ele não quis adiantar qual será seu destino agora. Diz apenas que recebeu “alguns convites” de outras legendas. Contudo, no meio político, são fortes as especulações de que vai retornar ao PMDB, a legenda em que militou no início da carreira, pela qual, inclusive, concorreria a prefeito.